
**NOVOS TEMPOS, E OS VELHOS PROBLEMAS: REFLEXÃO SOBRE O
PAPEL DA ESCOLA NA ATUALIDADE**

Sílvio César Lopes da Silva - UEPB
sclopes2@yahoo.com.br
Maria Raquel Silva- UFPB
maryaraquel@yahoo.com.br

Introdução

Erroneamente tem-se propagado no senso comum, e foi se tornando cultural que, o ensino público “não presta”, ou que não é de “boa qualidade”. Assim, entre os conceitos de bom e ruim transita a escola pública e o sistema educacional brasileiro.

De certa forma, o conceito de escola vai informar toda uma organização da qual a mesma pode ser vista como uma extensão do Estado, ou seja, por ser pública cabe ao estado oferecer esse serviço a população como um todo. Assim, como conceito a escola é um espaço público, no qual todos os envolvidos no processo educativo passam a tomar responsabilidade comum nesse espaço.

Neste caso, quer a escola concreta seja propriedade pública ou não, ela terá sempre a preocupação maior de apropriação dos fazeres e saberes no seu interior com a maior autonomia em relação aos poderes externos sejam eles quais forem, sem, no entanto se fechar sobre si própria.

É possível perceber, tomando como pressuposto nossa prática de sala de aula que, o problema da escola e do sistema como um todo não despertar o interesse do aluno, é pelo fato que, a escola é excludente por natureza, e é esta exclusão que vem causando grandes debates nas últimas décadas bem como despertando o interesse nas mais diversas áreas do conhecimento humano de tentar entender esses processos atrelados a esfera pública.

Sendo assim, buscamos neste artigo, refletir algumas questões referentes à educação, no que tange a escola pública e aos indivíduos que nela participam, ou seja, a comunidade escolar. Temos um modelo de escola que na maioria das vezes não corresponde às necessidades da população, uma vez que segue padrões estatísticos que se configura pela exclusão dos tidos como “piores” e pela classificação daqueles que se destacam como os “melhores”.

O público – terra de todos e de ninguém

Muitas vezes o público é conceituado como o gratuito, e este por sua vez, não gera na sociedade um senso de zelo ou cuidado, dessa forma, o que é publico é tido como o que “não presta”, e por não prestar gera no individuo a falsa ideia de não sentir-se responsável, e por não ter certa responsabilidade, isso o gabarita a sucatear e não cuidar do bem comum. E essa falsa ideia e bem disseminada no contexto da escola pública, já que, cadeiras, mesas, quadros e outros objetos quebrados são tidos como responsabilidade do governo e não da comunidade. Não podemos nos eximir da responsabilidade que nos compete.

Para Mizukami (1986), a escola vista por uma abordagem sócio-cultural é aquela que, deve ser um local onde seja possível o crescimento mutuo, do professor ao aluno, do aluno a comunidade escolar, pois esse passo gera a conscientização nos envolvidos e automaticamente implica uma escola diferente da qual temos atualmente.

É possível perceber que, na história da educação brasileira, a apresentação de propostas para a educação pública é dada a partir da década de 1980, e esta sendo vista por uma perspectiva socialista, é quando tem início a redemocratização do país, uma vez que a ditadura militar, que durara vinte anos estava dando sinais de que acabara e um novo modelo político-econômico passava a ser configurado no país.

Uma análise feita por Soares (1987) que tomou por base a relação entre linguagem e escola revela-nos o quanto é necessária uma reflexão e uma melhor visão

sobre o papel da escola e de sua ação no meio social em que esta se insere. Assim, em um primeiro momento, a autora enfatiza que o acesso das classes populares à escola foi legitimado por um discurso oficial pela democratização do ensino, embora, na realidade, a escola fosse uma lenta conquista do povo na luta pela democratização do saber. Assim:

Ao longo do tempo, esse discurso pela democratização do ensino ora toma uma direção quantitativa, em defesa da ampliação de ofertas educacionais – aumento do número de escolas para as classes populares, obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar-, ora se volta para a melhoria qualitativa do ensino- reformas educacionais, reformulações da organização escolar, introdução de novas metodologias de ensino, aperfeiçoamento de professores. (SOARES, 1987, p.9)

É através da escola que a ideologia da classe dominante é passada para as classes desfavorecidas, ou seja, embora haja outras instituições do Estado com a função de assegurar a sujeição à ideologia dominante, a escola exerce esse papel. Assim, por mais que queiramos tirar da escola este peso de que é lá que acontece o fracasso escolar, não há como negar tal evidência, pois a realidade que vivenciamos não nos prova o contrário, a cada dia as classes populares por mais que tenham vontade em superar-se não conseguem estímulo para superar tal desmotivação, pois quem reprova é a instituição que muitas vezes não dialoga com os que estão envolvidos no processo e por esta são vitimados.

Em uma outra abordagem percebemos que, esse novo modelo vai exigir indivíduos “competentes” que possam dar conta das necessidades da época. Como bem nos afirma Patto (1990) o sistema educacional vem passando nas últimas décadas por modificações bem como adaptações, no instante em que há uma mudança na forma de produção com a industrialização, há também a exigência de uma mão de obra qualificada, neste caso:

A escola não é necessária enquanto instituição destinada a fixar um determinado modo de sociabilidade; sua dimensão reprodutora das relações de produção via manipulação e domesticação da consciência do explorado, também era dispensável no momento em que este ainda não se constituía como força de oposição. (PATTO, 1990, p.24)

Com o passar dos tempos, observa-se que esse modelo de escola foi se perpetuando, chegando até os dias atuais. O autor Miguel Arroyo (1997) ao analisar o peso da cultura escolar e correlacionando com o fracasso-sucesso escolar, destaca que, entre nós existe uma cultura do fracasso escolar que dela se alimenta e o reproduz, que há uma cultura da exclusão, na qual está materializada a organização e estruturação do sistema escolar, ou seja, é um sistema que em si é excludente, e por fim, a cultura que se materializou ao longo das décadas na própria organização escolar e no processo de ensino, ou seja, de funcionamento organizativo. Por sermos uma sociedade desigual e excludente, produzimos uma dicotomia no que se refere à educação básica, pois no instante em que a mesma é um direito nas escolas públicas, não há nesta instituição uma estruturação que garanta esse direito, gerando assim a seleção dos melhores e descartando os “piores”, pois a organização escolar permite essa exclusão e esse acesso ao ensino.

Partindo de uma perspectiva antropológica, Charlot (2000, p.53) afirma que a condição antropológica agrega vários pressupostos, uma vez que o indivíduo ao nascer é inacabado e o mundo que preexiste a ele já está estruturado. Assim, as transformações em um sujeito exigem uma mediação de outros seres que o circundam: a família, as instituições- neste caso, lê-se a escola. Assim, construir-se como sujeito supõe uma atividade de relação consigo (interna) e com o mundo (externa).

Mais adiante, o autor afirma que quem conhece é o sujeito, quem faz a relação acontecer é o sujeito, dessa forma, não existe o fracasso escolar em si, mas sujeitos que ao longo de sua trajetória escolar fracassam. Como bem nos assinala:

O “fracasso escolar” não existe, o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisados, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado “fracasso escolar”. (CHARLOT, 2000, p.16)

Dada à amplitude de sua análise, Charlot (2000) destaca também o alcance restrito atingido pelas diversas formulações teóricas que sustentam ser a deficiência

cultural a causa para a ocorrência do fracasso escolar. Interpreta-se equivocadamente que tal falta – carência social - provém da carência da família de origem e, mais uma vez, a teoria das diferenças engana-se quando entra em cena para explicar as inexistentes relações de causa e efeito. Já que, para o autor, a deficiência gera benefícios ideológicos aos docentes, já que o professor fica livre de uma possível culpa pelo fracasso escolar, imputando-a aos seus alunos e às respectivas famílias. Além disso, ao atribuírem à causa do fracasso à instituição escolar, descomprometem-se com ela, em nome da imagem de uma boa instituição, provavelmente idealizada.

Desta forma, se a relação com o saber é importante, é porque ele é visto como algo relacional. Sendo assim, se a noção de relação com o saber é algo que se dá entre diferentes disciplinas de pesquisa, se ela induz a um pensamento relacional do que se passa entre sujeitos em termos de saber de aprendizagem, no confronto entre ambientes e esferas de experiência de natureza diferentes e regidos por normas específicas, é porque é imprescindível que se analise a relação ou a não relação com o saber, de maneira a implicar os sujeitos envolvidos.

Neste caso, sendo a escola um modelo social e cultural de um funcionamento organizativo, esses são produtores do fracasso ou sucesso escolar. E uma das possíveis saídas para superar esta dicotomia produzida pela escola está no cumprimento de seu papel, o educar, e que o professor se encontre nesse percurso que é exercendo a sua função, o ensinar. Dessa forma, o ato educativo passa a ser entendido como um momento de construção de conhecimento, de intercâmbio de experiências e criação de novas formas de participação.

É preciso gerar tal noção de responsabilidade, na qual quem trabalha no setor público tem de ter legitimidade, credibilidade, tem de estabelecer confiança de acordo com critérios definidos na esfera pública, para que, aqueles que usufruem de tais políticas públicas, como a educação, encontre respaldo naqueles que lá estão inseridos. É preciso perceber que, no setor público há regulação imposta pelo Estado que por sua vez é discutida, alvo de pressão, aprovada – na esfera do governo – portanto cada um de nós pode exercer aí a sua influência.

O discurso e a falsa ideia que o ensino vai bem e é para todos

Enquanto investimento observa-se que nas últimas décadas muito se fala no sistema educacional brasileiro, mas a grande preocupação do governo está relacionada à quantidade e não a qualidade daquilo que se é oferecido como ensino. Uma vez que, o problema da qualidade é muito complexo, já que, são vários os fatores envolvidos: salários baixos e más condições de trabalho para os professores, além da falta de incentivo aos mesmos; falta de material didático, escolas em mau estado, e em alguns casos locais adaptados sem a mínima infra-estrutura de funcionar como local de aprendizagem, dentre outros. A questão é que, cada um desses fatores tem de ser multiplicado por cada ano de ensino em que o aluno fica na escola, ou seja, é preciso tratar do problema desde o 1º até o 9º ano, que compete a educação básica, e conseguinte o ensino médio e a educação superior.

Assim, a Educação não pode ser vista ou tida apenas como um “gasto”, do ponto de vista econômico, que diminui a eficiência e a produtividade de uma sociedade e por conseguinte do país. A riqueza da educação está no desenvolvimento da pessoa, na sua humanidade. Não pode ser moldada pelo capitalismo, ou pelo mercado, uma vez que, o principal objetivo da educação é melhorar a vida das pessoas, e não gerar lucros ou competitividades. Por isso, é de suma importância, olhar a educação como um direito, e não simplesmente como um serviço a ser vendido para formar mão-de-obra “qualificada” e mentes robóticas.

Se observarmos bem, é possível perceber que um dos grandes problemas que demarcam a desigualdade na atual educação brasileira é a exclusão das camadas mais pobres da sociedade, o que podemos destacar é que, existe uma situação histórica de exclusão e marginalização das populações pobres, e conseqüentemente a exclusão dessas. Isso aconteceu com os índios e logo em seguida com os escravos. Assim, é possível imaginar o quanto foi traumatizante para os índios e os africanos ser

“alfabetizados” ou “catequizados” em nome de uma fé que os mesmos não reconheciam, e ao mesmo tempo aceitar um deus que não fala nem compreende a sua língua. Com o passar dos tempos, de instrumento para civilizar os novos povos, os “bárbaros”, a “escola” passou a ser espaço de “inclusão” das populações residuais da nossa história, sob a tutela do Estado.

Esse mesmo estado hoje conclama a todos, com *slogans* voltados para a educação. Destacamos alguns como: “*Todos pela educação*”, “*Educação direito de todos*”. Enquanto discurso, o mesmo atinge as massas, mas enquanto meta esse fica aquém daquilo que temos como realidade concreta. Neste caso concordamos com Bakhtin (2004), ao afirmar-nos que:

É impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação de infra-estrutura. (BAKHTIN, 2004,p.39)

Assim, é possível destacar que tanto na história quanto no social, observa-se uma dispersão de discursos e acontecimentos, que, na descontinuidade própria dos elementos e acontecimentos históricos, na contradição e negação do que se pode dizer somente em determinada época e/ou lugar, encontra-se a unidade daquilo que fora dito, ou seja, é na dimensão prática e social, que ao ser produzido e interpretado, o discurso passa a constituir uma ação social, já que está em um contexto situacional ideologicamente marcado.

Neste caso, é preciso ver que é nas relações entre as práticas discursivas e não-discursivas, onde o discurso e o local vai sendo enunciado não existem um sem o outro e ambos se modificam mutuamente. Assim, o discurso político não existe sem o ato político, e conseqüentemente as propostas de reformas e investimentos para a educação. Mas, se isto é verdade, também o é que o discurso modifica este ato, uma vez que, o significa em seu interior, e também porque, sem a existência de um pronunciamento, de uma fala, de um anúncio ou propagando, poucos atos políticos teriam sentido, e automaticamente respaldo na população. Dessa forma, o discurso exerce sua condição de poder quando tem capacidade de transformar suas condições de

emergência em condições de existência e daí construir estas últimas em seu próprio interior, ou seja, de institucionalizar-se, tornando-se assim, forma e conteúdo e encontrando seu lugar no social.

É preciso sair da esfera discursiva e partir para a prática, uma vez que nossas escolas estão necessitando de investimentos na qualidade do ensino. Conclamar a população para que se sinta responsável pela educação do país é dever de todo cidadão brasileiro e acreditar que só a educação conseguirá libertar os sonhos isso cabe a cada ser humano. Assim, é preciso

Considerações finais

Muitos são os problemas atrelados a qualidade do ensino e, por conseguinte sua complexidade. Mas sendo a escola um espaço por onde o saber transita, cabe a todos os envolvidos, transformar o seu meio em um ambiente de estímulo e de convívio social, no qual todos ensinam e todos aprendem.

A educação é um elemento fundamental para a transformação das pessoas, da sociedade e do mundo. É bom lembrar que nós não somos educados somente na escola: o ensino-aprendizagem começa ao nascer, e continua por toda a vida, em todas as situações e nos mais diversos contextos. Na convivência com as pessoas, vamos aprendendo o que não sabemos e ensinando aquilo que já aprendemos. Acontecendo assim, uma relação de trocas constantes. Usar desses conhecimentos para interagir com o local e buscar soluções dos problemas e das demandas sociais, é ir ao encontro de uma educação para a vida.

Mesmo sendo tida como depósito em alguns casos, a escola não é o único espaço para a socialização dos conhecimentos, fazeres e saberes, entretanto é uma parte fundamental para a educação formal das pessoas. Ela deveriam ser a base não só de uma boa formação intelectual e profissional, mas também para a criação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, além de compromissados com a causa humana.

Este espaço não pode se limitar a trocas simples de saberes relacionados a ler e a escrever, ou meramente institucionalizados. A escola é um espaço de conflitos e ao mesmo tempo de diálogos, pois pelos conflitos nós temos a oportunidade de mudar o nosso entorno, já estes nos ajudam a ensinar, a aprender e a crescer, e é o espaço da sala de aula o local certo em que tudo isso seja posto em prática.

Creemos que este é um debate que precisa ser aberto e feito de maneira autêntica e franca, pois, não se trata de culpabilizar a escola ou os professores, nem tampouco os alunos. Esse é um debate que tem de ser enfrentado por pessoas comprometidas com a educação, que acreditem no papel transformador que a educação exerce no indivíduo e transformação social a partir desta. Precisamos levar sempre em consideração que uma boa educação é um direito de todos, e não pode continuar sendo um privilégio de alguns.

Se temos por opção a democratização da escola pública e conseqüentemente um ensino de qualidade, se estamos a favor de uma formação de qualidade em que cidadãos decidem, opinam, participam, estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça. É preciso a sociedade tornar-se responsável pelos “seus” diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos...

Referencia Bibliográfica:

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso:** o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, Anete e MOLL, Jaqueline (orgs.). **Para além do fracasso escolar.** Campinas, SP: Papiros, 1997. p.11-26.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LUDEK, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativa. São Paulo: E.P.U, 1988.

MIZUKAMI, M. G.N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA
HISTÓRICA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009

ISSN: 2176-4514

MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** - 3ª. ed.- Campinas, SP: Papyrus, 1988

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** história de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. São Paulo: Editora Ática, 1987.